

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.261 - MG (2014/0216602-3)

RELATOR : **MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE : ROSÂNGELA GONTIJO
ADVOGADO : GUSTAVO TADEU BIJOS ASSIS PINTO E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADVOGADO : ANA LUIZA GOULART PERES E OUTRO(S)
INTERES. : ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENSÃO POR MORTE. EX-ESPOSA. PRESTAÇÕES MENSAS E REGULARES RECEBIDAS DO SEGURADO EM VIDA. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DIREITO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1. Nos termos do enunciado 336 da Súmula/STJ, "*a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente*".

2. No acórdão recorrido, expressamente se consignou que a autora recebia depósitos mensais efetuados pelo ex-marido. A despeito da informalidade da prestação, esse fato comprova a sua dependência econômica.

Recurso especial conhecido em parte e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 1º de setembro de 2015(Data do Julgamento)

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.261 - MG (2014/0216602-3)

RELATOR : **MINISTRO HUMBERTO MARTINS**
RECORRENTE : ROSÂNGELA GONTIJO
ADVOGADO : GUSTAVO TADEU BIJOS ASSIS PINTO E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
ADVOGADO : ANA LUIZA GOULART PERES E OUTRO(S)
INTERES. : ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS (Relator):

Cuida-se de recurso especial interposto por ROSÂNGELA GONTIJO fundamentado no art. 105, III, da Constituição Federal, o qual busca reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (fl. 352, e-STJ):

"REEXAME NECESSÁRIO – PENSÃO POR MORTE – EX-ESPOSA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA – ART. 9º, DA LEI 9.380/86 C/C ART. 5º, I, DA LC 64/02 – SENTENÇA REFORMADA – RECURSOS VOLUNTÁRIOS PREJUDICADOS .

Ausente prova da dependência financeira da requerente em relação a seu ex-marido, deve ser reformada a sentença que julga procedente o pedido de pagamento de pensão por morte".

Os aclaratórios foram opostos (fls. 365-371, e-STJ).

No recurso especial, alega, preliminarmente, ofensa ao arts. 458 do CPC e 93, IX, da Constituição Federal, porquanto, apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal de origem não se manifestou sobre os elementos que formaram a convicção para decidir.

No mérito, requer seja deferida pensão previdenciária por morte de ex-cônjuge, segurado falecido, de quem era separada judicialmente e de quem recebia prestação de alimentos mensalmente, ainda que não formalizada essa obrigação.

Apresentadas contrarrazões (fls. 400-403, e-STJ).

Sobreveio o juízo de admissibilidade negativo na instância de origem (fls. 406-409, e-STJ), o que ensejou a interposição de agravo, ao qual dei provimento para converter os autos no presente recurso especial.

Em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Dr. Geraldo

Superior Tribunal de Justiça

Brindeiro, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial e por julgar procedente a ação (fls. 440-447 e 455, e-stj).

É, no essencial, o relatório.



RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.261 - MG (2014/0216602-3)

EMENTA

PENSÃO POR MORTE. EX-ESPOSA. PRESTAÇÕES MENSAIS E REGULARES RECEBIDAS DO SEGURADO EM VIDA. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DIREITO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1. Nos termos do enunciado 336 da Súmula/STJ, "*a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente*".

2. No acórdão recorrido, expressamente se consignou que a autora recebia depósitos mensais efetuados pelo ex-marido. A despeito da informalidade da prestação, esse fato comprova a sua dependência econômica.

Recurso especial conhecido em parte e provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS (Relator):

O recurso especial comporta provimento.

Nas razões recursais, a recorrente alega, preliminarmente, ofensa ao arts. 458 do CPC e 93, IX, da Constituição Federal, porquanto, apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal de origem não se manifestou sobre os elementos que formaram a convicção para decidir.

No mérito, requer seja deferida pensão previdenciária por morte de ex-cônjuge, segurado falecido, de quem era separada judicialmente e de quem recebia prestação de alimentos mensalmente, ainda que não formalizada esta obrigação.

Na preliminar, a insurgência não merece acolhida, uma vez que alega ausência de manifestação sobre os elementos das razões de decidir, mas o acórdão contém os fundamentos necessários ao deslinde da controvérsia, expondo claramente o entendimento de negar provimento ao apelo sob o fundamento de que não teria sido provada a dependência econômica da parte para a concessão da pensão por morte, nem havia decisão judicial reconhecendo esse direito. Expõe, ainda, as normas que interpretou para as conclusões exaradas.

Superior Tribunal de Justiça

No mérito, todavia, merece reforma o julgado recorrido.

No voto condutor do acórdão impugnado, o relator consignou expressamente que o segurado, enquanto em vida, mantinha o depósito na conta bancária da requerente do valor correspondente à prestação dos alimentos antes devida aos filhos. A regularidade dos depósitos mensais efetuada pelo ex-cônjuge configura a dependência econômica, a despeito da informalidade da prestação. Não se pode afirmar que, nessas circunstâncias, a autora não dependia dos valores pagos a título de pensão para o seu sustento. Certamente o valor mensal recebido compunha a sua renda, independentemente de exercer atividade profissional remunerada e do auxílio das filhas. Ao contrário, a ajuda econômica das três filhas só reforça a necessidade do auxílio para o seu sustento, porquanto, mesmo com a renda pessoal e os depósitos bancários regulares, ainda contava com a ajuda das filhas.

Esta Corte tem o entendimento de que, ainda que a mulher tenha renunciado aos alimentos na separação judicial, faz jus à pensão previdenciária por morte do ex-cônjuge se comprovada a necessidade econômica.

Esse entendimento foi objeto da edição da Súmula 336/STJ: *"A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente."*

Sobre o tema, confira-se o precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. DESQUITE. SÚMULA N.º 336/STJ. NECESSIDADE ECONÔMICA SUPERVENIENTE. NÃO DEMONSTRADA.

I - A omissão no julgado que desafia os declaratórios é aquela referente às questões, de fato ou de direito, trazidas à apreciação do magistrado, e não a referente às teses defendidas pelas partes a propósito daquelas questões. Mesmo porque, as teses jurídicas podem ser rechaçadas implicitamente pelo julgador.

II - É inadmissível o recurso especial quando ausente o prequestionamento do tema inserto na norma apontada como violada. Incidência da Súmula n.º 282 do c. STF.

III - Nos termos do enunciado n.º 336 da Súmula/STJ, "A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente".

Superior Tribunal de Justiça

IV- In casu, os autos revelam que não restou demonstrada a superveniente dependência econômica da recorrente, razão pela qual ela não faz jus à pensão por morte vindicada.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.159.832/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 15/03/2010.)

Desse modo, consubstanciada a dependência econômica da requerente, mediante os depósitos regulares mensais que recebia do ex-cônjuge enquanto em vida, devida a pensão previdenciária por morte do segurado, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte.

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, no mérito, dou-lhe provimento, restabelecendo-se o quanto decidido na sentença de primeiro grau.

É como penso, é como voto.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Relator

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA**

Número Registro: 2014/0216602-3

PROCESSO ELETRÔNICO

**REsp 1.505.261 /
MG**

Números Origem: 10024111144960 10024111144960004 10024111144960005 10024111144960006
10024111144960007 10024111144960008 11449602011 1144960402011 24111144960
24928881499

PAUTA: 01/09/2015

JULGADO: 01/09/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **HUMBERTO MARTINS**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Secretária

Bela. VALÉRIA ALVIM DUSI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ROSÂNGELA GONTIJO
ADVOGADO : GUSTAVO TADEU BIJOS ASSIS PINTO E OUTRO(S)
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS
GERAIS - IPSEMG
ADVOGADO : ANA LUIZA GOULART PERES E OUTRO(S)
INTERES. : ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Servidor
Público Civil - Pensão

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.